



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE
ACIONISTAS DA METROBUS TRANSPORTE
COLETIVO S/A., REALIZADA NO DIA 20 DE
JULHO DE 2021.**

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 20 dias do mês de julho do ano de 2021, às 10:00 horas, na Sala de Reuniões da Metrobus Transporte Coletivo S/A., sito à Rua Patriarca, nº 299 – Vila Regina, CEP. 74.453-610, nesta Capital, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, devidamente arquivada na JUCEG através do NIRE de nº 5230000804-2. **2. QUÓRUM:** Reuniu-se a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus, através de videoconferência, com a participação dos senhores: **MÁRCIO CÉSAR PEREIRA**, Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação - SEDI, representante legal do Estado de Goiás – Acionista Majoritário; **ELIAS EVANGELISTA SILVA**, representante do Acionista SANEAGO; **EDSON SALES DE AZEREDO SOUZA**, representando a Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais; **ROBERTO RABELO**, representante do Acionista Rápido Araguaia e **INDIARA FERREIRA**, Representante do Acionista HP Transportes Coletivos Ltda. Houve a participação da maioria dos Acionistas, representando 99,85% (noventa e nove vírgula oitenta e cinco por cento) dos votos. Participaram, ainda, os senhores Francisco Antônio Caldas de Andrade Pinto – Diretor Presidente da Metrobus, Antônio Márcio Miguel – Superintendente Financeiro e Floriano da Silva, representante da Prime Auditores Independentes S/S empresa de auditoria independente. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Verificado o quórum legal, foi instalada a Assembleia Geral Ordinária, por vídeo conferência, tendo assumido a Presidência da Mesa o senhor Márcio César Pereira, na qualidade de representante do Acionista Majoritário. Os trabalhos foram secretariados pelo senhor Edir Gomes – Assessor da Presidência. **4. FORMA DA CONVOCAÇÃO:** Os Acionistas foram convocados na forma estabelecida no art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, por meio de Edital publicado no Diário Oficial do Estado de Goiás, nos dias 13, 14 e 15/07/2021, págs. 47, 46 e 33, respectivamente e no caderno “Classificados” do jornal de grande circulação O HOJE, nos dias 13, 14 e 15/07/2021, respectivamente. **5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO:** “ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – O Diretor Presidente da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 20/07/2021 às 10:00 (dez) horas, **via digital, com a utilização da ferramenta de Videoconferência Google Meet**, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Ordinária: a) Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. A realização da Assembleia digital está amparada no § 2º do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações, serão repassadas via Ofício. Francisco Caldas - Diretor Presidente da Metrobus Transporte Coletivo S/A.” **6. DESENVOLVIMENTO E DELIBERAÇÕES:** Dando início à reunião, fez uso da palavra o senhor Francisco Caldas, Presidente da Metrobus, para agradecer a participação dos senhores Acionistas, passando a palavra ao Presidente da Assembleia para conduzir os trabalhos. O Presidente da Assembleia colocou imediatamente em discussão o item “a” da pauta ou seja: “**Aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2020**”, cuja documentação foi devidamente encaminhada aos senhores Acionistas com antecedência visando facilitar as discussões sobre o assunto. Dito isso, informou que a publicação do Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do exercício, o Relatório da Administração, as Mutações do Patrimônio Líquido, o Fluxo de Caixa e os Relatórios (Pareceres) do Conselho Fiscal, Conselho de Administração e dos Auditores Independentes foram



feitas no jornal de grande circulação “O Hoje”, no dia 09 de julho de 2021, nas páginas 17 e 18 do Caderno Classificados e no Diário Oficial do Estado, no dia 12 de julho do corrente ano, nas páginas 45, 46, 47, 48 e 49, conforme previsto no Art. 289 da Lei nº 6.404/76. Dando sequência, passou a palavra ao senhor Antônio Márcio Miguel – Superintendente Financeiro e encarregado da área financeira e contábil da empresa que, primeiramente fez uma justificativa pelo atraso na prestação de contas e publicação do balanço da Metrobus, em função de que a empresa passou, a partir de janeiro deste ano a ser dependente econômica do Governo Estadual, fazendo parte do orçamento do Estado e a implementação dessa dependência alterou os trabalhos afetos à Contabilidade da empresa, na medida em que a obrigou apresentar dois tipos de contabilidade, sendo a contabilidade societária e a contabilidade pública através da dependência econômica, com novos procedimentos no SIOFI e prazos de entrega da contabilidade pública no quinto dia útil do mês. Além disso, ocorreu a partir de março deste ano o período crítico proveniente do Covid-19 cujo cenário pandêmico obrigou o Governo a tomar novas medidas de isolamento social obrigatório, abrangendo todos os órgãos, tendo sido implantado na Metrobus a flexibilização de trabalho através de Resolução da Diretoria, com alteração da jornada de trabalho dos servidores, o que influenciou de maneira significativa nos trabalhos afetos à área de contabilidade da empresa. Ato contínuo, explicou aos participantes os pontos relevantes do Balanço Patrimonial de 2020, tecendo comentários sobre os grandes números do Ativo e do Passivo Circulante e do Ativo e Passivo Não Circulante, das Fontes de Receitas, Custos e Despesas, fazendo um comparativo com 2019. Destacou, também, algumas Notas Explicativas, iniciando pela Nota 09 do Imobilizado, explicando que na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. No exercício 2020, a depreciação acumulada de alguns veículos da frota de ônibus foi interrompida em razão dos mesmos tornarem-se obsoletos. A referida obsolescência não impactou no fornecimento dos serviços. Na sequência, falou sobre a Nota 12 no que pertence à letra b) onde a Metrobus aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), objetivando a inclusão e liquidação dos débitos da Companhia inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, estando no aguardo da consolidação, através de processo administrativo, até o mês de abril/2017. Caso a adesão seja aceita, a Metrobus terá que liquidar 5% do montante, em torno de R\$ 210.000,00 para continuidade do processo. Informou que não ocorrendo a consolidação, a empresa terá que recorrer ao parcelamento dos débitos junto à PGFN. Na Nota 15 que se refere a Composição das Contas de Resultados, informou o senhor Antônio Márcio que houve queda acentuada das receitas em 2020 em função da Pandemia do Covid-19. Sobre a Nota 20 – Eventos Subsequentes – Efeito da COVID-19, mencionou que devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro, em janeiro de 2021 a Metrobus passou à condição de dependente financeira do orçamento do Estado de Goiás, para pagamento das suas despesas com pessoal e custeio em geral, com a efetiva integração da estatal no orçamento estadual, obrigando a empresa a fazer uma grande inovação em todo o sistema administrativo, financeiro e contábil da mesma e adequação de quadro de pessoal. Sobre o Parecer da Auditoria Independente, o senhor Antônio Márcio destacou uma ressalva em relação ao “*impairment*” que não foi autorizado pelo Presidente da época, em razão da situação financeira da empresa. Terminada a apresentação do Superintendente Financeiro, o Presidente da Assembleia franqueou a palavra para quem desejasse fazer alguma consideração sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020. O senhor Elias Evangelista Silva, representante da SANEAGO usando a palavra disse que na publicação do balanço da empresa no Diário Oficial ocorreu um erro de apresentação de texto no que se refere ao ano, tendo sido publicado o ano de 2019 ao invés de 2020, indagando se houve correção por parte da Metrobus. O senhor Antônio Márcio

3)



informou que o erro foi detectado e feito uma errata publicada em seguimento no Diário Oficial, a qual será encaminhada aos Acionistas para juntada na documentação. Ainda com a palavra o senhor Elias Evangelista solicitou que fosse corrigido o mesmo na coluna que fala das reduções, constante na Nota 09, onde foi colocado o ano de 2019 em relação a 2018. O senhor Antônio Márcio disse que essa observação será devidamente corrigida, através de errata. Prosseguindo, o senhor Elias Evangelista disse que nas contingências, constantes da Nota 14, não está de acordo com o OCPC 07 Orientação Técnica. Tendo o senhor Antônio Márcio explicou que a nota atende as normas de contabilidade, mormente ao pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e que a administração entendeu não ser necessária a abertura dos seus credores, até mesmo para preservar a identidade dos mesmos e não incorrer em divulgação que possa ocasionar quebra de confidencialidade prevista na Lei Geral de Proteção de Dados. Mencionou, ainda, que a administração entende que a evindenciação e a divulgação das notas explicativas atendem com razoabilidade as orientações do OCPC 07. Outra consideração foi sobre a Nota 18 – Partes Relacionadas, relativamente ao IPVA que no seu entender deverá estar disposta em outro campo. Quanto as partes relacionadas, foram tratadas como cliente de autarquia da administração pública e não como acionistas, justificou o senhor Antônio Márcio. O senhor Elias Evangelista, informou, ainda, que no Relatório dos Auditores Independentes, no que diz respeito à ressalva do “*impairment*”, solicitou que no próximo relatório não constasse mais essa ressalva, explicando que, na SANEAGO, contratou uma empresa terceirizada de engenharia, juntamente com a sua equipe interna que realiza esse trabalho. Retomando a palavra o senhor Antônio Márcio Miguel justificou as observações feitas pelo representante da SANEAGO, informando que as mesmas serão devidamente analisadas e adequadas em conformidade com o necessário. Após as considerações levadas a efeito na Assembleia, o senhor Presidente da Mesa colocou em votação as Demonstrações Financeiras do exercício de 2020. Os Acionistas Estado de Goiás, Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais, Rápido Araguaia Ltda e HP Transportes Coletivos Ltda, aprovaram sem ressalvas as demonstrações contábeis e financeiras do exercício de 2020, deliberando que estas façam parte integrante desta Ata juntamente com os pareceres dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração. O senhor Elias Evangelista Silva, representante da SANEAGO votou pela aprovação com as ressalvas das indagações discutidas nesta Assembleia. Como representante do acionista majoritário da Metrobus Transporte Coletivo S/A e Presidente da Assembleia, o senhor Márcio César Pereira destacou que a aprovação das demonstrações financeiras decorre de manifestações favoráveis tanto do Conselho Fiscal, como do Conselho de Administração, conforme Atas das reuniões realizadas no dia 30 de junho de 2021. Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão o item “b” da ordem do dia, ou seja: **“Eleição dos membros do Conselho Fiscal”**, passando a palavra ao Diretor Presidente da Metrobus, para colocação aos presentes do assunto. O senhor Francisco Caldas, informou aos participantes que o Governo do Estado de Goiás, através do Ofício nº 109/2021, de 26/05/2021 indicou, na qualidade de Acionista Majoritário, para compor o Conselho Fiscal da Metrobus, os senhores Henrique Moraes Ziller e Milton Antônio Ananias Júnior, como membros titulares, solicitando as providências para inclusão na pauta desta Assembleia Geral Ordinária. Também o Ministério da Economia, representando a União Federal, na qualidade de acionista minoritário, detentor de ações preferenciais, através dos Ofícios SEI n.ºs. 78663/2021/ME e 94902/2021/ME, indicou para membro titular do Conselho Fiscal o senhor Pedro Sant’Angelo Mariano e para membro suplente o senhor Fernando Eurico de Paiva Garrido, solicitando, também, as providências para inclusão das indicações na pauta da Assembleia Geral Ordinária. Dito isso, sugeriu a eleição dos membros do Conselho Fiscal ora indicados pelo Acionista Majoritário e pelo Ministério da Economia, nos termos do art. 161, § 5º da Lei nº 6.404/76, informando que os mesmos preencheram os requisitos legais para a indicação,

3)

P



conforme opinou o Comitê Estatutário da Metrobus e análise obrigatória da Controladoria Geral do Estado, estando aptos para serem analisados e aprovados pelos senhores Acionistas participantes da Assembleia. Colocado em votação os nomes indicados, os mesmos foram aprovados por unanimidade dos Acionistas, ficando assim a composição do Conselho Fiscal: **TITULARES: 1. HENRIQUE MORAES ZILLER**, brasileiro, casado, formado em Comunicação Social, pós graduado em Marketing e mestre em Administração Pública pela Universidade de Brasília, natural de Belo Horizonte-MG, nascido em 18/06/1959, filho de Albiléo Trentino Ziller e Ângela Moraes Ziller, portador da Carteira de Identidade nº 335084 – SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 179.173.601-72, residente e domiciliado na Av. Deputado Jamel Cecílio, QD B-27, L. Área, s/nº, Apto. 2312, Bloco A, Brookfield Towers – Jardim Goiás - CEP 74.810-100–Goiânia-GO; **2. MILTON ANTÔNIO ANANIAS JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, Bacharel em Direito, natural de Goiânia-GO, nascido em 31/03/1988, filho de Milton Antônio Ananias e Keila de Almeida Ananias, portador da Carteira de Identidade nº 5022975-SPTC-GO, inscrito no CPF sob o nº 018.710.541-33, residente e domiciliado à Rua Luxemburgo, QD-114, Lt. 03, Casa 02, Jardim Europa, CEP. 74.330-190 – Goiânia-GO; **3. PEDRO SANT'ANGELO MARIANO**, brasileiro, casado, Economista, Auditor Federal de Finanças e Controle, natural do Rio de Janeiro-RJ., nascido em 14/12/1987, filho de Júlio Carlos de Figueiredo Mariano e Leila Regina de Almeida Mariano, portador da Carteira de Identidade nº 21424827761-DIC-RJ, inscrito no CPF sob o nº 124.248.277-61, residente e domiciliado na SQS 105, Bl. J, Apto. 204 – Asa Sul, CEP. 70344-100, Brasília-DF.; **SUPLENTE: FERNANDO EURICO DE PAIVA GARRIDO**, brasileiro, casado, Economista, Auditor Federal de Finanças e Controle, natural do Rio de Janeiro-RJ., nascido em 13/02/1969, filho de Francisco José Fonseca Garrido e Terezinha Maria de Paiva Garrido, portador da Carteira de Identidade nº 3811586 – SSP/RJ, inscrito no CPF sob o nº 003.462.127-07, residente e domiciliado na SQN, 115, Bl. J, Apto. 505 – Asa Norte, CEP. 70772-100 – Brasília-DF. Deliberou a Assembleia que os membros eleitos do Conselho Fiscal, fossem imediatamente empossados para o mandato de 2 (dois) anos, conforme prevê a legislação em vigor, permitidas no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas. Os membros titulares e suplente do Conselho Fiscal, ora eleitos, declararam, sob as penas da lei, não estarem impedidos de assumir a função e exercerem as atribuições inerentes aos cargos, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, para os fins do § 1º do artigo 147 da LSA e nos termos do art. 1011, § 1º, do Código Civil. A remuneração de cada membro efetivo do Conselho Fiscal corresponde a 10% (dez por cento) do valor do salário do Diretor Presidente da Metrobus, ou seja, nesta data, de R\$ 1.984,08 (um mil, novecentos e oitenta e quatro reais e oito centavos) mensal, conforme dispõe o § 4º do art. 19 do Estatuto Social da Empresa. Dando sequência à Assembleia, o Presidente indagou se havia algum outro assunto a ser tratado dentro do item “c” da pauta, tendo o senhor Francisco Caldas, Diretor Presidente da Metrobus feito um comentário sobre a inscrição da Metrobus no orçamento do Estado de Goiás, fato relevante em virtude da queda de demanda ocorrida nos dois últimos anos, de cerca de 50,9% por causa da pandemia. Disse que o fato de a empresa ser a partir de 2021 finalmente inscrita no orçamento do Estado traz complexidades, principalmente, em função da necessidade de convivência de duas formas de contabilidade (societária e pública). Não obstante, o Tesouro pode acompanhar sua execução fiscal, tornando-a uma empresa muito mais transparente. O senhor Edson Sales de Azeredo Souza, representando o Acionista Diretoria Executiva de Liquidação de Estatais, ressaltou o aspecto positivo da estabilidade e transparência quanto a dependência do orçamento do Estado, mas disse que a



empresa perde muito a sua autonomia. 7. **ENCERRAMENTO:** O representante do Acionista Majoritário “Estado de Goiás” e Presidente da Assembleia, senhor Márcio César Pereira agradeceu a participação dos representantes dos Acionistas e demais participantes, encerrando os trabalhos. Para constar, lavrei a presente Ata a qual, foi lida, aprovada e assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim secretário. Certifico que esta Ata é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Goiânia-GO., 20 de julho de 2021.

MÁRCIO CÉSAR PEREIRA

Secretário de Estado de Desenvolvimento e Inovação
Representante do Acionista Estado de Goiás
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

EDIR GOMES

Assessor da Presidência
SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA

**Metrobus
Transporte Coletivo S/A**

**Demonstrações Contábeis de acordo com
práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2020**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da
Metrobus Transporte Coletivo S.A.

Opinião das demonstrações contábeis com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, às demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A administração da Metrobus Transporte Coletivo S.A., não elaborou estudo específico quanto à análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 e CPC 01. A ausência da aplicação da norma constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, conseqüentemente não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos das contas do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

Ênfase

Incerteza relacionada à continuidade operacional

Conforme demonstrado na nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis a Companhia vem acumulando prejuízos nos últimos anos e em 31 de dezembro de 2020 os prejuízos acumulados somam R\$ 228.091 mil, apresenta passivo circulante excedido ao ativo circulante em R\$ 20.686 mil (R\$ 19.045 mil em 2019). Esses eventos, e condições indicam a existência da necessidade de captação de recursos, para fazer frente à necessidade de capital de giro da operação e pagamento de compromissos financeiros. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira. Nossa opinião não esta ressalvada em relação a esse assunto.

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações contábeis que descreve sobre os efeitos do Coronavírus (COVID-19), incluindo o aumento do grau de incerteza e a de impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em função das restrições impostas pelo Governo do Estado de Goiás que tem por objetivo combater a disseminação do Coronavírus no Estado. Tais restrições tem causado impacto na atividade da economia do Estado e, conseqüentemente nas atividades operacionais da Companhia, sendo um dos setores o de transporte coletivo urbano de passageiros que vem sofrendo reflexos na geração de receitas e nos seus fluxos de caixa em decorrência da diminuição significativa de passageiros transportados.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na hipótese de virem a ser descontinuadas as atividades da Companhia. Nossa opinião não esta ressalvada em relação a esse assunto.

Contas a receber principal acionista – partes relacionadas

Conforme nota explicativa 4, a Companhia mantém créditos a receber no montante de R\$ 11.749 mil do seu principal acionista "Estado de Goiás". Referidos créditos referem-se a diferenças apuradas quando do repasse do subsidio tarifário aos usuários das linhas semiurbanas, instituída pela Lei 15.047/2004, alterada pela Lei 15.516/2006. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTTC.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de junho de 2021.

PRIME
 Auditores Independentes S/S
 CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

José Francisco Firmino
 Contador
 CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais Mil

	Notas explicativas	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita líquida de vendas de serviços			
Transporte urbano	15-a	67.771	79.277
Receita líquida de vendas de serviços		67.771	79.277
Custo dos serviços prestados	15-b	(64.409)	(78.000)
Prejuízo/ Lucro bruto		3.362	1.277
Receitas e despesas operacionais			
Despesas administrativas, e tributárias	15-c	(17.562)	(18.810)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		134	1.327
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(14.065)	(16.206)
Resultado financeiro			
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	15-d	(318)	(3.054)
Receitas financeiras		106	137
		(212)	(2.917)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(14.277)	(19.123)
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
(Prejuízo) líquido do exercício		(14.277)	(19.123)

As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações contábeis

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Demonstração do resultado abrangente

Em Reais Mil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pejuízo do exercício	(14.277)	(19.123)
Realização da reserva de reavaliação	83	82
Resultado abrangente total	<u>(14.194)</u>	<u>(19.041)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis 

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Em Reais Mil

	Capital social Subscrito	Capital social A integralizar	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	224.493	(7.337)	86	7.061	(194.856)	29.447
Integralização de capital	-	4.547	-	-	-	4.547
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(82)	82	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(19.123)	(19.123)
Em 31 de dezembro de 2019	224.493	(2.790)	86	6.979	(213.897)	14.871
Reversão do capital a integralizar	(2.790)	2.790	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.277)	(14.277)
Em 31 de dezembro de 2020	221.703	-	86	6.896	(228.091)	594

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Metrobus Transporte Coletivo S.A
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

Em Reais Mil

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(14.277)	(19.122)
Depreciação e amortização	11.387	13.799
Resultado pela baixa do Imobilizado	-	12
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.771	2.945
	881	(2.366)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	785	131
Estoques	106	87
Impostos a recuperar	14	358
Depósitos judiciais	1.293	(5.055)
Adiantamentos	(288)	47
	1.910	(4.432)
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	81	1.970
Impostos e contribuições a recolher	(856)	3.341
Salários e encargos sociais	(2.382)	1.386
Contas a pagar	2.619	328
	(538)	7.025
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	2.253	227
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.656)	(4.302)
Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	(2.656)	(4.302)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	4.547
Caixa Líquido das atividades de financiamentos	(403)	4.547
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(403)	472
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	529	57
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	126	529
	(403)	472

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 06 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitano, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consorcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consorcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consorcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consorcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTC, vinculada a RedMob Consorcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PD) N° 006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

Metrobus Transporte Coletivo S/A**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis****em 31 de dezembro de 2020****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Impactos da pandemia – COVID 19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus, o que resultou em uma queda da receita operacional da companhia na ordem de 38,69 %.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governo do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00, (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinar-se-ão para a cobertura dos déficits de manutenção das estatais mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000, (Dezessete milhões e quatrocentos mil reais).

Com a pandemia que veio a afetar as atividades das empresas, com conseqüente diminuição de receitas, o transporte coletivo de passageiros não foi diferente. Para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano emergencial para cobrir o déficit das Companhias, e com a aprovação do Governo Estadual todas as empresas foram beneficiadas com o referido plano emergencial, inclusive a Metrobus.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. 

Metrobus Transporte Coletivo S/A**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 15 de junho de 2021, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros**2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagara mensalmente a CMTC, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2 % (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	126	529
	<u>126</u>	<u>529</u>

4 Contas a receber

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	1
Filial - C.M.T.C. (a)	2.507	2.507
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia (b)	11.749	12.874
Outras contas a receber (c)	4.739	4.133
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.471)	(3.205)
	<u>15.525</u>	<u>16.310</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

- (a) Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTC, também registrado em contas a pagar no passivo, nota 13, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003. A responsabilidade pelo reembolso seria da CMTC, conforme deliberação do Poder Concedente, sendo essa a expectativa da Metrobus. Registre-se a existência de negociação tendente à celebração de eventual Termo de Encontro de Contas com a CMTC.
- (b) Quanto ao crédito "Repasse Estado Semi-urbano", decorre de diferenças apuradas quando do repasse do subsídio aos usuários das linhas semiurbanas, cuja atribuição de intermediação era da Metrobus. Nesse caso a legislação que regulava o reembolso à Companhia estabeleceu limites de valores inferiores ao que fora realizado, razão pela qual há expectativa na alteração de tal norma para que sejam regularizados os repasses a menor. Atualmente existe tratativa formal com órgão do Poder Executivo Estadual no sentido de alcançar solução para recomposição do valor em aberto.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

- (c) O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidaria em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou registro contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo inicial	(3.205)	(2.711)
Novos registros	(266)	(494)
Saldo final	<u>(3.471)</u>	<u>(3.205)</u>

5 Estoques

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Bens de Consumo – Operadora	719	821
Bens de Consumo Administração	16	20
	<u>735</u>	<u>841</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Adiantamentos

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Férias e 13º Salário	200	238
Outros	327	1
	<u>527</u>	<u>239</u>

7 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos de renda sobre aplicação financeira	-	14
INSS Desoneração da folha	12	12
Outros impostos e contribuições	4	4
	<u>16</u>	<u>30</u>

8 Depósito judiciais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldo no início do período	8.800	3.746
Adições	781	5.656
Baixas/realizações	(2.074)	(602)
Saldo no final do exercício	<u>7.507</u>	<u>8.800</u>

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra Companhia.

9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. No exercício 2020, a depreciação acumulada de alguns veículos da frota de ônibus foram interrompida em razão dos mesmos tomarem-se obsoletos. A referida obsolescência não impactou no fornecimento dos serviços.

A movimentação do imobilizado em 2020 é demonstrada a seguir:

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado		41.419	(10.771)	2.039	50.152
Imobilizado Operadora		34.523	(10.689)	2.039	43.173
Operadora		140.287	2.655	(62)	137.694
Equipamentos/Instalações		730	13	(31)	747
Moveis e Utensílios		325	-	(9)	334
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	-	335
Frota de Ônibus		1.165	-	-	1.165
Software-Programas		147	-	(21)	168
Frota de Ônibus Novos		135.721	2.638	(0)	133.084
Benfeitorias		705	4	-	700
Depreciação Acumulada		(105.765)	(13.344)	2.101	(94.521)
Equipamentos/Instalações		(679)	(14)	31	(696)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(281)	(15)	9	(275)
Edificações	4%	(253)	(24)	-	(229)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(0)	-	(330)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	-	(1.165)
Software-Programas		(147)	-	21	(168)
Frota de Ônibus Novos		(102.673)	(13.263)	2.039	(91.449)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		(237)	(28)	-	(209)
Reavaliação Líquida		6.896	(83)	-	6.979
Reavaliação		9.314	-	(68)	9.383
Equipamentos/Instalações		143	-	(33)	175
Moveis e Utensílios		36	-	(6)	42
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		805	-	-	805
Software-Programas		11	-	(29)	41
Depreciação Acumulada		(2.418)	(83)	68	(2.404)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(143)	-	33	(175)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(36)	-	6	(42)
Edificações	2% a 4%	(1.325)	(83)	-	(1.242)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	-	(99)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	-	(805)
Software-Programas		(11)	-	29	(41)

Metrobus Transporte Coletivo S/A**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Fornecedores

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores no país	8.606	8.525

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

11 Salários e encargos sociais

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
INSS	1.880	2.180
FGTS	-	483
Salários a pagar	543	2.022
Provisão de férias	1.888	2.008
	<u>4.311</u>	<u>6.693</u>

12 Impostos e contribuições a recolher

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
ISSQN (a)	7.146	7.957
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento(a)	5.132	5.132
INSS Retenções	2	17
Outros Impostos e contribuições a recolher	2.179	1.049
	<u>14.463</u>	<u>14.159</u>

Não Circulante

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Parcelamento PGFN LEI 11.941	2.519	2.471
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14	3.231	3.219
Parcelamento convencional INSS	1.203	2.423
	<u>6.953</u>	<u>8.113</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN. Até a data de encerramento das demonstrações contábeis a PGFN alega não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive notificando a Companhia a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017 obtidos em parcelamentos de mesma natureza junto a Receita Federal do Brasil. A Administração da Companhia entende que na via judicial é alta a probabilidade de fazer valer o seu direito a consolidação dos débitos nos termos da Lei 13.946/2017.

Os benefícios das reduções legais previstas na Lei, reconhecidos anteriormente, serão apropriadas no período da efetiva da consolidação do parcelamento.

13 Contas a pagar

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	1.903	316
CIA Metropolitana de Transportes	4.361	4.429
SANEAGO	233	233
Outras	1.232	132
	<u>10.236</u>	<u>7.617</u>

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturado no ativo circulante, tais despesas decorrem da implementação e execução do Subsistema Alimentador Local, nos termos das Deliberações CDTC Nº 032/2003 e 035/2003 (Poder Concedente), no período de 22/06/2003 a 31/08/2003, pela Metrobus Transporte Coletivo S/A.

14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2020		2019	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	17.112	-	17.112	14.896
Trabalhistas	3.631	1.124	2.507	2.077
	20.744	1.124	19.619	16.973

Em 31 de dezembro de 2020, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 6.716 mil para ações cíveis e R\$ 652 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2019				2020			
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	12.813	-	2.083	14.896	14.896	-	2.216	17.112
Trabalhistas	1.215	-	862	2.077	2.077	-	1.555	3.632
	14.028	-	2.945	16.973	16.973	-	3.771	20.744

15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços

	2020	2019
Receita bruta de vendas de serviços	68.789	80.915
Impostos sobre as vendas	(1.018)	(1.638)
	67.771	79.277

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a1) Receita bruta de vendas de serviços

	2020	2019
Eixo anhanguera	889	1.642
Sistema de vale transporte	40.560	67.554
Repasse semi - urbano	7.374	10.442
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020(a2)	17.400	-
Plano Emergencial - CMTC(a3)	1.431	-
Permissionários	1.135	1.277
	68.789	80.915

a2) Receita de Subvenção

Conforme nota explicativa 1, no exercício de 2020, a Companhia recebeu recursos do controlador majoritário, Estado de Goiás, subvenção econômica, na ordem de R\$ 17.400.000,00 (Dezessete milhões e quatrocentos mil reais) para cobertura do déficit de manutenção.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

(a3) Plano Emergencial

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

(b) Custos dos serviços vendidos

	2020	2019
Trafego(b1)	(49.268)	(61.154)
Manutenção	(11.922)	(11.338)
Setransp	(3.219)	(5.508)
	(64.409)	(78.000)

Metrobus Transporte Coletivo S/A

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b1.) Trafego

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Pessoal	(18.276)	(20.591)
Materiais	(14.748)	(17.165)
Depreciação	(11.387)	(13.799)
Serviços de Terceiros	(1.519)	(4.728)
Consórcio REDMOB	(3.338)	(4.871)
	<u>(49.268)</u>	<u>(61.154)</u>

(c) Despesas administrativas e tributárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, encargos Sociais e outras	(14.924)	(12.828)
Materiais diversos	(492)	(807)
Serviços de terceiros	(1.492)	(1.725)
Parcelamentos PGFN 11941/09-12.996/14	-	(2.578)
Outras despesas	(654)	(872)
	<u>(17.562)</u>	<u>(18.810)</u>

(d) Despesas financeiras

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Multas e Juros (*)	(268)	(2.967)
Outras despesas financeiras	(50)	(87)
	<u>(318)</u>	<u>(3.054)</u>

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

16 Patrimônio líquido**(a) Capital autorizado**

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. O prazo final para a integralização do capital pelos acionistas da Companhia findou em 25/01/2020, neste sentido a Companhia efetuou o registro de baixa do capital a integralizar no montante de R\$ 2.790 mil.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 mil.

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Seguro (Não auditado)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18 Partes relacionadas – saldos e transações

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, O governo do Estado de Goiás, bem como com empresas e entidades a ele relacionadas. Em 31 de dezembro de 2020 estas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

- a) Valores a receber – Decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registradas na rubrica “Contas a Receber” no ativo circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.
- b) Valores a pagar – no montante de R\$ 4.111 mil e R\$ 2.263 mil referente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA registrados na rubrica “Fornecedores” (DETRAN-GO) no passivo circulante e na rubrica “Provisão para Contingências” no passivo não circulante, Notas Explicativas nº 10 e 14 respectivamente.
- c) Remuneração dos administradores diretores, conselho fiscal e conselho de administração.

19 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	126	529
Contas a receber	15.525	16.310
	<u>15.651</u>	<u>16.839</u>

Passivos financeiros

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fornecedores	8.606	8.525
Contas a pagar	10.236	7.617
	<u>18.842</u>	<u>16.142</u>

Metrobus Transporte Coletivo S/A
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis
em 31 de dezembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

- (a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

20 Eventos subsequentes – Efeito da COVID-19 nas demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus e diversas empresas reduziram suas operações. O impacto final na economia global ainda é incerto.

A administração da Companhia vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação regular da situação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

Cuidado com os colaboradores

A administração implementou: (i) medidas internas priorizando a saúde dos colaboradores de risco como os portadores de doenças crônicas e com idade superior a 60 anos, colocando colaboradores de férias, (ii) editou a Resolução nº 01/2020, que determinou a flexibilização da jornada de trabalho, estabelecendo o regime de revezamento no âmbito administrativo da Companhia, (iii) na área operacional, adotou sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores e usuários do transporte público de passageiros, de acordo com o Decreto nº 9.633 de 13/03/2020 do Governo do Estado de Goiás, (iv) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação, e (v) intensificou as rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais. 

Metrobus Transporte Coletivo S/A**Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis****em 31 de dezembro de 2020****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

Devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro e visando a continuidade normal dos negócios e a preservação do seu ambiente operacional, partir de 2021, a condição de dependência financeira da Metrobus, materializada pelo recebimento do ente controlador de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, fez com que o Estado de Goiás incluísse a Metrobus em suas projeções de despesas no âmbito da LOA - Lei Orçamentária Anual 2021, nos termos da Lei nº 20.968/21 e Decreto nº 9.836/21, fazendo com que houvesse a efetiva integração da estatal no orçamento público estadual. Dessa forma, a Companhia torna-se dependente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado, com essa dependência a companhia passou a ter que fazer uma inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil.

Metrobus Transporte Coletivo S/A

ONDE SE LÊ:**9 Imobilizado**

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspenso a depreciação de alguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

A movimentação do imobilizado em 2020 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Imobilizado		41.419	(10.770)	2.037	50.151
Imobilizado Operadora		34.523	(10.687)	2.037	43.173
Operadora		140.288	2.657	(63)	137.694
Equipamentos/Instalações		730	15	(32)	747
Moveis e Utensílios		325	-	(9)	334
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	-	335
Frota de Ônibus		1.165	-	-	1.165
Software-Programas		147	-	(21)	168
Frota de Ônibus Novos		135.722	2.638	(0)	133.084
Benfeitorias		705	4	-	700
Moveis e Utensílios ADM		-	-	-	-
Depreciação Acumulada		(105.764)	(13.344)	2.101	(94.521)
Equipamentos/Instalações		(679)	(14)	31	(696)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(281)	(15)	9	(275)
Edificações	4%	(253)	(24)	-	(229)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(0)	-	(330)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	-	(1.165)
Software-Programas		(147)	-	21	(168)
Frota de Ônibus Novos		(102.673)	(13.263)	2.039	(91.449)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		(237)	(28)	-	(209)
Reavaliação		6.896	(83)	-	6.979
Operadora		9.314	-	(69)	9.383
Equipamentos/Instalações		142	-	(33)	175
Moveis e Utensílios		36	-	(6)	42
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		805	-	-	805
Software-Programas		11	-	(30)	41
Depreciação Acumulada		(2.418)	(83)	69	(2.404)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(142)	(0)	33	(175)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(36)	-	6	(42)
Edificações	2% a 4%	(1.325)	(83)	-	(1.242)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	-	(99)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	-	(805)
Software-Programas		(11)	-	30	(41)

LEIA-SE:**9 Imobilizado**

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas, foram suspenso a depreciação de alguns veículos os quais se tornaram obsoletos.

A movimentação do imobilizado em 2020 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado		41.419	(10.770)	2.037	50.151
Imobilizado Operadora		34.523	(10.687)	2.037	43.173
Operadora		140.288	2.657	(63)	137.694
Equipamentos/Instalações		730	15	(32)	747
Moveis e Utensílios		325	-	(9)	334
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	-	335
Frota de Ônibus		1.165	-	-	1.165
Software-Programas		147	-	(21)	168
Frota de Ônibus Novos		135.722	2.638	(0)	133.084
Benfeitorias		705	4	-	700
Moveis e Utensílios ADM		-	-	-	-
Depreciação Acumulada		(105.764)	(13.344)	2.101	(94.521)
Equipamentos/Instalações		(679)	(14)	31	(696)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(281)	(15)	9	(275)
Edificações	4%	(253)	(24)	-	(229)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(0)	-	(330)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	-	(1.165)
Software-Programas		(147)	-	21	(168)
Frota de Ônibus Novos		(102.673)	(13.263)	2.039	(91.449)
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros		(237)	(28)	-	(209)
Reavaliação		6.896	(83)	-	6.979
Operadora		9.314	-	(69)	9.383
Equipamentos/Instalações		142	-	(33)	175
Moveis e Utensílios		36	-	(6)	42
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		805	-	-	805
Software-Programas		11	-	(30)	41
Depreciação Acumulada		(2.418)	(83)	69	(2.404)
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(142)	(0)	33	(175)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(36)	-	6	(42)
Edificações	2% a 4%	(1.325)	(83)	-	(1.242)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	-	(99)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	-	(805)
Software-Programas		(11)	-	30	(41)

Goiânia, 22 de julho de 2021

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Laurentino Rodrigues Peixoto, inscrito no CPF: 038.398.351-78 - Advogado Júnior; 5. João Bosco Rosa, inscrito no CPF: 197.711.691-49 - Assessor Técnico- Presidência III; 6. Sebastião Sulino Pinto Neto, inscrito no CPF: 028.213.881-10 - Advogado Júnior; 7. Irapuan Vargas, inscrito no CPF: 588.597.211-72 - Engenheiro Civil. §2º A Comissão de Avaliação será presidida por Flavia Ribeiro Dias Pismel, Gerente de Engenharia, sendo secretariada pelos demais. Art. 2º - Está determinado que o procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), devidamente regulamentado nessa Companhia de Desenvolvimento, será disciplinado pelo o Art. 56 do Regulamento de Contratos e Licitações da CODEGO. Art. 3º - A Comissão de Avaliação de Procedimento de Manifestação de Interesse de Chamamento Público nº 001/2021(PMI) da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Goiás (CODEGO), deverá concluir os procedimentos dentro dos prazos e preceitos previstos na legislação vigente. Art. 4º - Ficam revogadas as demais disposições em contrário a esta Portaria, que entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO DIRETOR PRESIDENTE - **RENATO MENEZES DE CASTRO**, aos 14 dias do mês de julho de 2021.

Protocolo 243027

Metrobus Transporte Coletivo S/A

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA METROBUS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Diretor Presidente da **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.392.459/0001-03, convoca os Senhores Acionistas a participarem da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Metrobus Transporte Coletivo S/A, a realizar-se no dia 20/07/2021 às 10:00 (dez) horas, **via digital, com a utilização da ferramenta de Videoconferência zoom meetings**, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

Ordinária:

- Aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2020;
- Eleição dos membros do Conselho Fiscal;
- Outros assuntos de interesse da sociedade.

A realização da Assembleia digital está amparada no § 2º do art. 121 da Lei nº 6.404/76 e na IN DREI nº 81. Os dados para acesso à Assembleia, bem como demais informações, serão repassadas via Ofício.

FRANCISCO CALDAS

Diretor Presidente da Metrobus Transporte Coletivo S/A.

Protocolo 242859

PROCESSO: 202100030 - Contrato nº 083/20
OBJETO: Fornecimento de materiais para borracharia.
CONTRATANTE: Metrobus Transporte Coletivo S/A
CONTRATADA: Planalto Borrachas Ltda.
VALOR: R\$ 9.806,00 VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
ASSINATURA:05/07/2021- TIPO:Dispensa de Licitação nº 040/21
SIGNATÁRIOS: Francisco Caldas, Miguel Elias Hanna- Metrobus e Alessandro Leite dos Santos - Planalto

Protocolo 243121

A **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.**, torna público a ratificação da dispensa de licitação nº 045/21 para contratação da empresa **Comusa Comércio e Assessoria Técnica em Eletricidade Ltda**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.496.025/0001-90, no valor de R\$ 9.570,96, nos termos do Art. 142, I, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Metrobus, conforme processo 202100215, visando a prestação de serviço de elaboração de projeto de instalações elétricas.

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Protocolo 243120

ERRATA

Na Publicação do balanço da Metrobus Transporte Coletivo S/A, feita no Diário Oficial/GO nº 23.590 de 12 de julho de 2021, as fls. 45, esclarecemos que:

ONDE SE LÊ:

Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019.

LEIA-SE:

Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020.

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Protocolo 243134

AVISOS DE LICITAÇÃO

A Metrobus Transporte Coletivo S/A, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que realizará através do site www.comprasnet.go.gov.br, o seguinte procedimento licitatório:

Pregão Eletrônico nº: 058/2021

Tipo: Menor Preço por Lote

Abertura: 04/08/2021

Horário: 09h

Processo nº: 202100180

Objeto: Aquisição de ferramentaria, conforme especificações e quantitativos no Termo de Referência, com projeção de consumo para 12 (doze) meses, conforme condições e especificações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

As empresas poderão retirar cópia do edital via Internet, através dos sites www.comprasnet.go.gov.br ou www.metrobus.go.gov.br. Outras informações através dos telefones (62)3230 7531/7532 - das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, Comissão Permanente de Licitação.

Goiânia, 13 de julho de 2021.

Adão Antonio da Silva
Pregoeiro

Protocolo 243071

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

A **METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A**, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 051/2021, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no serviço de condicionamento de válvulas pneumáticas, conforme processo nº 202100116, foi declarado Fracassado.

Francisco Caldas
Diretor-Presidente

Protocolo 243118

SANEAGO

SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 039/2021

Processo: 3.861/2021 - Saneago

Modo de Disputa: ABERTO

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO

Licitação contemplando LOTE(S) destinado(s) à AMPLA PARTICIPAÇÃO e LOTE(S) COM RESERVA DE COTA À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, para aquisição de material(is) e/ou equipamento(s), será realizada no sistema "Licitações-e" do Banco do Brasil S.A. no site www.licitacoes-e.com.br

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS, DESTINADOS A DIVERSAS UNIDADES DA SANEAMENTO DE GOIÁS S.A., conforme disposições fixadas no Edital e Anexos.

Recursos: Próprios da Saneamento de Goiás S.A. - Saneago.



Metrobus Transporte Coletivo S/A

Metrobus - Transporte Coletivo S/A					
Demonstrações contábeis de acordo com Práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro					
Em Reais Mil					
Ativo	Notas explicativas	2020	2019	Passivo e patrimônio líquido	Notas explicativas
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	3	126	529	Fornecedores	10
Contas a receber	4	15.525	16.310	Salários e encargos sociais	11
Estoques	5	735	841	Impostos e contribuições a recolher	12
Adiantamentos	6	527	239	Contas a pagar	13
Impostos e contribuições a recuperar	7	16	30		
		<u>16.930</u>	<u>17.949</u>		
Não circulante				Não circulante	
Realizável a longo prazo				Provisão para contingências	14
Depósitos judiciais	8	7.507	8.800	Impostos e contribuições a recolher	12
		<u>7.507</u>	<u>8.800</u>		
Investimentos		51	51		
Imobilizado	9	41.419	50.152	Patrimônio líquido	16
		<u>41.470</u>	<u>50.203</u>	Capital social (a)	
				(-) Capital social a integralizar	
				Reservas de lucros	
				Reservas de reavaliação	
				Prejuízos acumulados	
Total do ativo		<u>65.907</u>	<u>76.952</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	

As notas explicativas da administração são partes integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado			Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro			Exercícios findos em 31 de dezembro			
Em Reais Mil			Em Reais Mil			
	Notas explicativas	2020	2019		2020	2019
Receita líquida de vendas de serviços				Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Transporte urbano	15-a	67.771	79.277	(Prejuízo) do exercício	(14.277)	(19.122)
Receita líquida de vendas de serviços		<u>67.771</u>	<u>79.277</u>	Depreciação e amortização	11.387	13.799
Custo dos serviços prestados	15-b	(64.409)	(78.000)	Resultado pela baixa do Imobilizado	-	12
Prejuízo/ Lucro bruto		<u>3.362</u>	<u>1.277</u>	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	3.771	2.945
Receitas e despesas operacionais					<u>881</u>	<u>(2.366)</u>
Despesas administrativas, e tributárias	15-c	(17.562)	(18.810)	(Aumento) diminuição de ativos		
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		134	1.327	Contas a receber	785	131
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(14.065)</u>	<u>(16.206)</u>	Estoques	106	87
Resultado financeiro				Impostos a recuperar	14	358
Despesas financeiras (Nota 15 - d)	15-d	(318)	(3.054)	Depósitos judiciais	1.293	(5.055)
Receitas financeiras		106	137	Adiantamentos	(288)	47
		<u>(212)</u>	<u>(2.917)</u>		<u>1.910</u>	<u>(4.432)</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(14.277)</u>	<u>(19.123)</u>	Aumento (diminuição) de passivo		
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	Fornecedores	81	1.970
(Prejuízo) líquido do exercício		<u>(14.277)</u>	<u>(19.123)</u>	Impostos e contribuições a recolher	(856)	3.341
				Salários e encargos sociais	(2.382)	1.386
				Contas a pagar	2.619	328
					<u>(538)</u>	<u>7.025</u>
				Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>2.253</u>	<u>227</u>
				Atividades de investimentos		
				Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.656)	(4.302)
				Caixa Líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(2.656)</u>	<u>(4.302)</u>
				Atividades de financiamentos		
				Aumento de capital	-	4.547
				Caixa Líquido das atividades de financiamentos	<u>(403)</u>	<u>4.547</u>
				(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(403)</u>	<u>472</u>
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	529	57
				Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	126	529
					<u>(403)</u>	<u>472</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido						
Em Reais Mil						
	Capital social		Reserva de	Reserva de	Prejuízos	Total
	Subscrito	A integralizar	lucros	reavaliação	acumulados	
Em 31 de dezembro de 2018	<u>224.493</u>	<u>(7.337)</u>	<u>86</u>	<u>7.061</u>	<u>(194.856)</u>	<u>29.447</u>
Integralização de capital	-	4.547	-	-	-	4.547
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(82)	82	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(19.123)	(19.123)
Em 31 de dezembro de 2019	<u>224.493</u>	<u>(2.790)</u>	<u>86</u>	<u>6.979</u>	<u>(213.897)</u>	<u>14.871</u>
Reversão do capital a integralizar	(2.790)	2.790	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(83)	83	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(14.277)	(14.277)
Em 31 de dezembro de 2020	<u>221.703</u>	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>6.896</u>	<u>(228.091)</u>	<u>594</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

1 Informações gerais

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo - CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RTMC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda., Viação Reunida Ltda., Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com intervenção do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia- Consórcio RTMC, e Sindicato das Empresas de Transporte Urbano de Passa-

geiros de Goiânia - Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Caneado. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base



nos últimos 06 meses, obedecendo as seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

Em janeiro de 2016, a Companhia passou a integrar ao Consórcio da Rede Metropolitana de Transportes Coletivos – Redmob para de forma conjunta e compartilhada a: i) prestar os serviços de provimento, manutenção e operação de uma central de controle operacional, ii) prestar serviços de provimento manutenção e operação dos serviços de informação metropolitana, e iii) prestar serviços administração, operação, manutenção, limpeza, segurança e exploração comercial dos terminais de integração. Em 2018 a Companhia participou com os seguintes percentuais sobre as receitas e despesas geradas pelo Consórcio: i) 27,31% (janeiro a agosto), 26,02% (setembro a novembro) e 7% (dezembro). Conforme proposta de Deliberação nº 04/2018 de 19/10/2018 da RedeMob Consórcio, a partir de dezembro 2018 o modelo de rateio de despesas de "custeio do consórcio" foi alterado pelo modelo de custeio consolidado do Sitpass e Consórcio no percentual de 15% (Sitpass 8% e consórcio 7%) sobre o montante da receita operacional bruta de cada concessionária RMTc, vinculada a RedMob Consórcio. A partir de 2020, conforme Proposta de Deliberação (PDJ) nº 006/2019 da RedeMob Consórcio ficou deliberado o custeio de 14% (Sitpass 8% e consórcio 6%), sobre valor atribuído a Metrobus do SMA.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira da companhia.

Impactos da pandemia – COVID 19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus, o que resultou em uma queda da receita operacional da companhia na ordem de 38,69 %.

Para manutenção das atividades da companhia o acionista majoritário "Governo do Estado de Goiás" através da Lei de Subvenção 20.733 de 17 de janeiro de 2020, e alterada pela Lei 20.818 de 27 de julho de 2020, aprovou para a Metrobus o montante de R\$ 18.700.000,00 (Dezoito milhões e setecentos mil reais). As subvenções econômicas autorizadas destinam-se para a cobertura dos déficits de manutenção das estações mencionadas, consoante art. 18 da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Conforme valor aprovado de subvenção, e por conta da pandemia a empresa recebeu durante o ano de 2020 do acionista Estado de Goiás o montante de R\$ 17.400.000,00 (Dezessete milhões e quatrocentos mil reais).

Com a pandemia que veio a afetar as atividades das empresas, com consequente diminuição de receitas, o transporte coletivo de passageiros não foi diferente. Para manter a empresa operando no sistema, o SET que representa as concessionárias de transporte coletivo da região Metropolitana de Goiânia abriu um processo junto ao Governo do Estado de Goiás, solicitando o Plano emergencial para cobrir o déficit das Companhias, e com a aprovação do Governo Estadual todas as empresas foram beneficiadas como referido plano emergencial, inclusive a Metrobus.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 4 - Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa

Nota Explicativa nº 9 - Vida útil do imobilizado.

Nota Explicativa nº 14 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas.

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 15 de junho de 2021, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2020.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá suprir a deficiência de capital de giro e obter com base em uma expectativa razoável a reestruturação operacional, administrativa e financeira da Companhia.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2020 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras.

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos, igualmente, a média de vida útil mencionada no contrato de concessão, para substituição do ativo.

2.7 Intangíveis

Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Contrato de concessão

Pela concessão dos serviços correspondentes ao lote nº01 Linha Eixo Anhanguera da Rede Metropolitana de Goiânia (RMG), contrato nº 001/2011, a companhia "Cessionária" pagara mensalmente a CMTc, a título de Parcela do Poder Concedente – PPC o valor correspondente a 2% (dois por cento) da sua receita operacional bruta arrecadada da cobrança das tarifas.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	126	529
	126	529

4 Contas a receber

	2020	2019
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	1	1
Filial - C.M.T.C.(a)	2.507	2.507
Repasso Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia(b)	11.749	12.874
Outras contas a receber(c)	4.739	4.133
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.471)	(3.205)
	15.525	16.310

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A. tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente.

(a) Relativamente ao crédito vinculado à Filial - CMTc, também registrado em contas a pagar no passivo, nota 13, refere-se a déficit verificado quando da gestão, pela Companhia, do denominado Subsistema Alimentador Local, no período de 22/6/2003 a 31/8/2003. A responsabilidade pelo reembolso seria da CMTc, conforme deliberação do Poder Concedente, sendo essa a expectativa da Metrobus. Registre-se a existência de negociação tendente à celebração de eventual Termo de Encontro de Contas com a CMTc.



(b) Quanto ao crédito "Repasse Estado Semi-urbano", decorre de diferenças apuradas quando do repasse do subsídio aos usuários das linhas semiurbanas, cuja atribuição de intermediação era da Metrobus. Nesse caso a legislação que regulava o reembolso à Companhia estabeleceu limites de valores inferiores ao que fora realizado, razão pela qual há expectativa na alteração de tal norma para que sejam regularizados os repasses a menor. Atualmente existe tratativa formal com órgão do Poder Executivo Estadual no sentido de alcançar solução para recomposição do valor em aberto.

A companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

(c) O saldo de "outras contas a receber" inclui valores decorrentes de créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Companhia foi responsável solidária em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base na análise individual de cada devedor, realizada pelos consultores jurídicos, efetuou registro contábil de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2020	2019
Saldo inicial	(3.205)	(2.711)
Novos registros	(266)	(494)
Saldo final	(3.471)	(3.205)

5 Estoques

	2020	2019
Bens de Consumo – Operadora	719	821
Bens de Consumo Administração	16	20
	735	841

6 Adiantamentos

	2020	2019
Férias e 13º Salário	200	238
Outros	327	1
	527	239

7 Impostos e contribuições a recuperar

	2020	2019
Impostos de renda sobre aplicação financeira	-	14
INSS Desoneração da folha	12	12
Outros impostos e contribuições	4	4
	16	30

8 Depósito judiciais

	2020	2019
Saldo no início do período	8.800	3.746
Adições	781	5.656
Baixas/realizações	(2.074)	(602)
Saldo no final do exercício	7.507	8.800

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra Companhia.

9 Imobilizado

Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de caixa da Companhia.

A companhia monitora os aspectos trazidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e avalia o valor recuperável de seus ativos sempre que identifica indícios de que o valor contábil registrado é superior ao retorno esperado para seus investimentos, realizando provisão contábil sempre que necessário.

Na data de fechamento das demonstrações contábeis, a administração entendeu que não havia indicação de que algum dos seus ativos tangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciaram nenhum dos fatores indicativos de perdas. No exercício 2020, a depreciação acumulada de alguns veículos da frota de ônibus foram interrompida em razão dos mesmos tornarem-se obsoletos. A referida obsolescência não impactou no fornecimento dos serviços. A movimentação do imobilizado em 2020 é demonstrada a seguir:

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Saldo em 31/12/2019		Saldo em 31/12/2018	
		Adições	Baixas	Adições	Baixas
Imobilizado		41.419	(10.771)	2.039	50.152
Imobilizado Operadora		34.523	(10.689)	2.039	43.173
Operadora		140.287	2.655	(62)	137.694
Equipamentos/Instalações		730	13	(31)	747
Moveis e Utensílios		325	-	(9)	334
Edificações		593	-	-	593
Terrenos		567	-	-	567
Veículos de Apoio		335	-	-	335
Frota de Ônibus		1.165	-	-	1.165
Software-Programas		147	-	(21)	168
Frota de Ônibus Novos		135.721	2.638	(0)	133.084
Benefitárias		705	4	-	700
Depreciação Acumulada		(105.765)	(13.344)	2.101	(94.521)
Equipamentos/Instalações		(679)	(14)	31	(696)
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(281)	(15)	9	(275)
Edificações	4%	(253)	(24)	-	(229)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(330)	(0)	-	(330)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.165)	-	-	(1.165)
Software-Programas		(147)	-	21	(168)
Frota de Ônibus Novos		(102.673)	(13.263)	2.039	(91.449)
Benefitárias em Propriedade de Terceiros		(237)	(28)	-	(209)
Reavaliação Líquida		6.896	(83)	-	6.979
Reavaliação		9.314	-	(68)	9.383
Equipamentos/Instalações		143	-	(33)	175
Moveis e Utensílios		36	-	(6)	42
Edificações		2.612	-	-	2.612
Terrenos		5.609	-	-	5.609
Veículos de Apoio		99	-	-	99
Frota de Ônibus		805	-	-	805
Software-Programas		11	-	(29)	41
Depreciação Acumulada		(2.418)	(83)	68	(2.404)
Equipamentos/Instalações		(143)	-	33	(175)
Moveis e Utensílios	1,3% a 70%	(36)	-	6	(42)
Edificações	2% a 4%	(1.325)	(83)	-	(1.242)
Veículos de Apoio	7% a 20%	(99)	-	-	(99)
Frota de Ônibus	8% a 25%	(805)	-	-	(805)
Software-Programas		(11)	-	29	(41)

10. Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores no país	8.606	8.525

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2020 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais a

valor presente nas demonstrações financeiras.

O vencimento das obrigações com fornecedores esta limitado no prazo de 12 meses.

11 Salários e encargos sociais

	2020	2019
INSS	1.880	2.180
FGTS	-	483
Salários a pagar	543	2.022
Provisão de férias	1.888	2.008
	4.311	6.693

12 Impostos e contribuições a recolher

	2020	2019
Circulante		
COFINS	3	3
PIS/PASEP	1	1
INSS Q N (a)	7.146	7.957
REFIS Municipal -ISSQN Parcelamento(a)	5.132	5.132
INSS Retenções	2	17
Outros Impostos e contribuições a recolher	2.179	1.049
	14.463	14.159

	2020	2019
--	------	------

Não Circulante

Parcelamento PGFN LEI 11.941	2.519	2.471
Parcelamento PGFN LEI 12.996/14	3.231	3.219
Parcelamento convencional INSS	1.203	2.423
	6.953	8.113

(a) A Companhia discute na justiça a legalidade da incidência do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos consultores jurídicos, a Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

(b) Em 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) nos termos da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017, com o objetivo de inclusão e liquidação dos débitos inscritos na Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, mediante benefícios com redução de juros, multas e encargos legais, bem como utilização de créditos e prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido. Na data da consolidação, em decorrência de problemas no sistema eletrônico de dados da PGFN, os débitos da Companhia junto a PGFN não foram consolidados. A Administração tomou as providências para que ocorresse a consolidação de forma manual, mediante pedido administrativo enviado para a PGFN. Até a data de encerramento das demonstrações contábeis a PGFN alega não possuir mecanismos para efetuar a consolidação dos débitos, inclusive notificando a Companhia a negociar os débitos pendentes, sob pena de perder os benefícios da Lei 13.946 de 24 de outubro de 2017 obtidos em parcelamentos de mesma natureza junto a Receita Federal do Brasil. A Administração da Companhia entende que na via judicial é alta a probabilidade de fazer valer o seu direito a consolidação dos débitos nos termos da Lei 13.946/2017. Os benefícios das reduções legais previstas na Lei, reconhecidos anteriormente, serão apropriadas no período da efetiva da consolidação do parcelamento.

13 Contas a pagar

	2020	2019
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	1.903	316
CIA Metropolitana de Transportes	4.361	4.429
SANEAGO	233	233
Outras	1.232	132
	10.236	7.617

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face àquelas despesas em montante igual encontram-se escriturado no ativo circulante, tais despesas decorrem da implementação e execução do Subsistema Alimentador Local, nos termos das Deliberações CDTC Nº 032/2003 e 035/2003 (Poder Concedente), no período de 22/06/2003 a 31/08/2003, pela Metrobus Transporte Coletivo S/A.

14 Provisão para contingências

Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2020		2019	
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais líquidos	Contingências de depósitos líquidos	Contingências de depósitos líquidos
Cíveis	17.112	-	17.112	14.896
Trabalhistas	3.631	1.124	2.507	2.077
	20.744	1.124	19.619	16.973

Em 31 de dezembro de 2020, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 6.716mil para ações cíveis e R\$ 652 para ações trabalhistas.

A movimentação da provisão para perdas prováveis é como segue:

	2019			2020				
	Inicial	Transf.	Adições	Final	Inicial	Transf.	Adições	Final
Cíveis	12.813	-	2.083	14.896	14.896	-	2.216	17.112
Trabalhistas	1.215	-	862	2.077	2.077	-	1.555	3.632
	14.028	-	2.945	16.973	16.973	-	3.771	20.744

15 Composição das contas de resultado

(a) Receita líquida de vendas de serviços

	2020	2019
Receita bruta de vendas de serviços	68.789	80.915
Impostos sobre as vendas	(1.018)	(1.638)
	67.771	79.277

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

(a1) Receita bruta de vendas de serviços

	2020	2019
Eixo anhanguera	889	1.642
Sistema de vale transporte	40.560	67.554
Repasse semi - urbano	7.374	10.442
Subvenção Econômica Lei Estadual 20.733/2020(a2)	17.400	-
Plano Emergencial - CMTC(a3)	1.431	-
Permissionários	1.135	1.277
	68.789	80.915

**a2) Receita de Subvenção**

Conforme nota explicativa 1, no exercício de 2020, a Companhia recebeu recursos do controlador majoritário, Estado de Goiás, subvenção econômica, na ordem de R\$ 17.400.000,00 (Dezesseite milhões e quatrocentos mil reais) para cobertura do déficit de manutenção.

A Lei 20.733 autorizou o poder executivo a conceder subvenção econômica a favor da Companhia para cobertura do déficit de manutenção e cobertura das despesas com pessoal e custeio, fazendo com que a empresa pudesse operar no sistema do eixo anhanguera.

(a3) Plano Emergencial

O Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de Goiânia – Set, o qual Companhia é filiada, formalizou pedido junto ao Poder Concedente para obter auxílio emergencial, sendo que esse pedido foi para viabilizar todas as empresa do transporte coletivo de Goiânia e Grande Goiânia.

(b) Custos dos serviços vendidos

	2020	2019
Trafego(b1)	(49.268)	(61.154)
Manutenção	(11.922)	(11.338)
Setransp	(3.219)	(5.508)
	(64.409)	(78.000)

(b1.)Trafego

	2020	2019
Pessoal	(18.276)	(20.591)
Materiais	(14.748)	(17.165)
Depreciação	(11.387)	(13.799)
Serviços de Terceiros	(1.519)	(4.728)
Consórcio REDMOB	(3.338)	(4.871)
	(49.268)	(61.154)

(c) Despesas administrativas e tributárias

	2020	2019
Salários, encargos Sociais e outras	(7.732)	(8.647)
Contingências Cíveis e Trabalhistas	(7.192)	(4.181)
Materiais diversos	(492)	(807)
Serviços de terceiros	(1.492)	(1.725)
Parcelamentos PGFN 11941/09-12.996/14	-	(2.578)
Outras despesas	(654)	(872)
	(17.562)	(18.810)

(d) Despesas financeiras

	2020	2019
Multas e Juros (*)	(268)	(2.967)
Outras despesas financeiras	(50)	(87)
	(318)	(3.054)

Refere-se basicamente a atualização monetária de impostos e contribuições federal.

16 Patrimônio líquido**(a) Capital autorizado**

A companhia estava autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 224.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração. Esse valor equivale a uma quantidade total de 224.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação. O prazo final para a integralização do capital pelos acionistas da Companhia findou em 25/01/2020, neste sentido a Companhia efetuou o registro de baixa do capital a integralizar no montante de R\$ 2.790 mil.

(b) Capital subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 221.702 mil.

17 Seguro (Não auditado)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

18 Partes relacionadas – saldos e transações

A Companhia mantém transações com seu acionista controlador, O governo do Estado de Goiás, bem como com empresas e entidades a ele relacionadas. Em 31 de dezembro de 2020 estas transações estavam apresentadas da seguinte forma:

a) Valores a receber – Decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registradas na rubrica "Contas a Receber" no ativo circulante, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.

b) Valores a pagar – no montante de R\$ 4.111 mil e R\$ 2.263 mil referente a imposto sobre a propriedade de veículos automotores – IPVA registrados na rubrica "Fornecedores" (DETRAN-GO) no passivo circulante e na rubrica "Provisão para Contingências" no passivo não circulante, Notas Explicativas nº 10 e 14 respectivamente.

c) Remuneração dos administradores diretores, conselho fiscal e conselho de administração.

19 Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia possuía instrumentos financeiros representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar fornecedores.

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são demonstrados por categoria. Demonstramos:

Ativos financeiros

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	126	529
Contas a receber	15.525	16.310
	15.651	16.839

Passivos financeiros

	2020	2019
Fornecedores	8.606	8.525
Contas a pagar	10.236	7.617
	18.842	16.142

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima, os quais são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos seus valores contábeis, não representam variações significativas em relação aos valores justos.

Gerenciamento de riscos:

Os principais fatores de riscos inerentes às operações da Companhia são expostos a seguir:

(a) Risco de liquidez: o risco de liquidez consiste na eventualidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em função de realização e liquidação de seus direitos e obrigações. O gerenciamento de liquidez e do fluxo de caixa é efetuado diariamente pela área de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e aportes de capitais dos acionistas, quando necessária, seja suficiente para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

20 Eventos subsequentes – Efeito da COVID-19 nas demonstrações contábeis

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou estado de emergência global em razão da disseminação do COVID-19. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico.

O Estado de Goiás, em atenção às orientações do Ministério da Saúde, publicou o Decreto nº 9.633 de 13 de março de 2020, e reconheceu, igualmente, o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, impondo confinamentos e outras restrições para combater o vírus e diversas empresas reduziram suas operações. O impacto final na economia global ainda é incerto.

A administração da Companhia vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação regular da situação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

Cuidado com os colaboradores

A administração implementou: (i) medidas internas priorizando a saúde dos colaboradores de risco como os portadores de doenças crônicas e com idade superior a 60 anos, colocando colaboradores de férias, (ii) editou a Resolução nº 01/2020, que determinou a flexibilização da jornada de trabalho, estabelecendo o regime de revezamento no âmbito administrativo da Companhia, (iii) na área operacional, adotou sistemas de escalas, revezamento de turnos e alterações de jornadas, para reduzir fluxos, contatos e aglomerações de trabalhadores e usuários do transporte público de passageiros, de acordo com o Decreto nº 9.633 de 13/03/2020 do Governo do Estado de Goiás, (iv) adaptação das instalações físicas para dispor de mais espaço entre as pessoas e facilitando a circulação, e (v) intensificou as rotinas de limpeza, esterilização e sanitização de mobiliários e instalações prediais.

Impactos econômico-financeiros – prestação de serviço considerado essencial.

A atividade operacional da Companhia é considerada essencial, portanto, continua operando com a prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros na região de Goiânia e região Metropolitana de Goiânia.

Em atendimento ao CPC 24 – Evento Subsequente, a Administração da Companhia informa que ainda não é possível identificar alteração significativa nas atividades. Portanto, continua permanentemente avaliando a evolução da crise e os impactos que poderão ocorrer para isso, avalia que eventuais ajustes poderão ser necessários no futuro.

Dependência Econômica e Financeira pelo Controlador Estado de Goiás

Devido a Companhia apresentar prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro e visando a continuidade normal dos negócios e a preservação do seu ambiente operacional, partir de 2021, a condição de dependência financeira da Metrobus, materializada pelo recebimento do ente controlador de recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal e custeio em geral, nos termos do art. 2º, III, da Lei Complementar nº 101/2000, fez com que o Estado de Goiás incluisse a Metrobus em suas projeções de despesas no âmbito da LOA - Lei Orçamentária Anual 2021, nos termos da Lei nº 20.968/21 e Decreto nº 9.836/21, fazendo com que houvesse a efetiva integração do estatal no orçamento público estadual. Dessa forma, a Companhia torna-se dependente do Estado de Goiás com a sua inclusão no orçamento fiscal do Estado, com essa dependência a companhia passou a ter que fazer uma inovação em todo sistema Administrativo, Financeiro e Contábil.

A Administração declara que, aprovou e esta de acordo com as Demonstrações Contábeis apresentadas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

FRANCISCO CALDAS

Diretor Presidente

MIGUEL ELIAS HANNA

Diretor Financeiro

ANTÔNIO MÁRCIO MIGUEL

Superintendente Financeiro/Contábil

VALDIVINO CORREIA DA SILVA

Contador CRC/GO. Nº 9410

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e o Fluxo de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas. Com base no Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem, realmente, a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de serem submetidos à aprovação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, em consonância com o Art. 163 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Goiânia, 30 de junho de 2021

PAULO VIEIRA LUIZ GUSTAVO SÓCRATES VANSCONCELLOSIULIANO PASSOS CARDOSO

Membro

Membro

Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, analisou e aprovou as Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compreendendo: Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, as Mutações do Patrimônio Líquido e os Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Tomando como base o Relatório da Auditoria Independente, concluíram que os documentos examinados traduzem a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando estes, em condições de receberem aprovação pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Goiânia, 30 de junho de 2021.

DORCILIO RABELO

Presidente do Conselho

JOSÉ RUBENS MAGNINO

Membro

RONAN ABREU REIS

Membro

ANTENOR MITO FILHO

Membro

LISANDRO COCO BECK

Membro

Relatório dos auditores independentes**sobre as demonstrações contábeis**

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

Metrobus Transporte Coletivo S.A.**Opinião das demonstrações contábeis com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para Opinião com Ressalva, às demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A., em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A administração da Metrobus Transporte Coletivo S.A., não elaborou estudo específico quanto à análise da capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme determina a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 01 e CPC 01. A ausência da aplicação da norma constitui uma limitação de escopo de nossos trabalhos, e, consequentemente não temos condições de avaliar a existência de possíveis perdas sobre os saldos das contas do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos in-



dependentes em relação à Metrobus Transporte Coletivo S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião, com ressalva.

Ênfase**Incerteza relacionada à continuidade operacional**

Conforme demonstrado na nota Explicativa nº 1, às demonstrações contábeis a Companhia vem acumulando prejuízos nos últimos anos e em 31 de dezembro de 2020 os prejuízos acumulados somam R\$ 228.091 mil, apresenta passivo circulante excedido ao ativo circulante em R\$ 20.686 mil (R\$ 19.045 mil em 2019). Esses eventos, e condições indicam a existência da necessidade de captação de recursos, para fazer frente à necessidade de capital de giro da operação e pagamento de compromissos financeiros. A manutenção da atividade operacional da Companhia depende fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Efeitos do Coronavírus

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e 20 às demonstrações contábeis que descreve sobre os efeitos do Coronavírus (COVID-19), incluindo o aumento do grau de incerteza e a de impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis em função das restrições impostas pelo Governo do Estado de Goiás que tem por objetivo combater a disseminação do Coronavírus no Estado. Tais restrições tem causado impacto na atividade da economia do Estado e, consequentemente nas atividades operacionais da Companhia, sendo um dos setores o de transporte coletivo urbano de passageiros que vem sofrendo reflexos na geração de receitas e nos seus fluxos de caixa em decorrência da diminuição significativa de passageiros transportados.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos ativos ou aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na hipótese de virem a ser descontinuadas as atividades da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Contas a receber principal acionista – partes relacionadas

Conforme nota explicativa 4, a Companhia mantém créditos a receber no montante de R\$ 11.749 mil do seu principal acionista "Estado de Goiás". Referidos créditos referem-se a diferenças apuradas quando do repasse do subsídio tarifário aos usuários das linhas semiurbanas, instituída pela Lei 15.047/2004, alterada pela Lei 15.516/2006. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTCC.

Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Metrobus Transporte Coletivo S.A., continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, omissão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 25 de junho de 2021.

PRIME
Auditores Independentes S/S
CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO

José Francisco Firmino
Contador
CRC-1-SP 196.425/O-8-S-GO

Protocolo 242439

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 037/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de confecção de protetores solares (quebra sol), conforme processo nº 202100159, foi declarado **Deserto**.

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Protocolo 242526

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 043/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de condicionamento de setor de direção, conforme processo nº 202100096, foi declarado **Deserto**.

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Protocolo 242529

METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S.A.

A METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 044/21, que tem como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de 10 licenças power BI PRO, conforme processo nº 202100165, foi declarado **Deserto**.

Francisco Caldas
Diretor Presidente

Protocolo 242532

SANEAGO**SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE 52.3.0000210-9

COMPANHIA ABERTA

REGISTRO CVM nº 1918-6

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da **Saneamento de Goiás S.A. - Saneago ("Companhia")**, com fundamento no artigo 123 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e no artigo 27 do Estatuto Social da Companhia, convoca os senhores acionistas a participar da **Assembleia Geral Extraordinária**, a ser realizada no dia 10 de agosto de 2021 ("AGE"), às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Avenida Fued José Sebba, nº 1.245, Setor Jardim Goiás, CEP 74805-100, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

I. Reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia;

Ficam cientes os Senhores Acionistas que os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGE estarão a disposição na Sede da Companhia, por meio de sistema eletrônico na página CVM (www.cvm.gov.br), na rede mundial de computadores, na forma e prazos definidos pela Instrução CVM 480, e na página do Portal dos Investidores (<https://ri.saneago.com.br/governanca-corporativa/assembleias-e-reunioes/>).

Informações Gerais. A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer até 48 horas antes do início da Assembleia Geral Extraordinária, mediante apresentação de (i) documento de identidade (RG, CNH, Carteira de identidade profissional), (ii) comprovante da



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, VALDIVINO CORREIA DA SILVA, com inscrição ativa no CRC/GO, sob o nº 009410, inscrito no CPF nº 41005465134, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
41005465134	009410	